

POR UMA HISTÓRIA DA ARQUITETURA ACADÊMICA NO BRASIL¹

MARCELO PUPPP

PUPPI, M. Por uma história da arquitetura acadêmica no Brasil. Semina: Ci. Exatas/Tecnológicas, vol. 16, n. 4, p. 558-562, dez. 1995.

RESUMO: O autor faz uma síntese da contribuição historiográfica ao estudo da arquitetura acadêmica do Rio de Janeiro, apontando os impasses metodológicos dessa historiografia. E argumenta pela necessidade da realização de pesquisas teoricamente atualizadas e historicamente bem documentadas, para que se possa, desse modo, conhecer de fato tal arquitetura, ainda tão mal conhecida entre nós.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura acadêmica; Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro; Ecletismo; Historiografia

1. A CONTRIBUIÇÃO DA HISTORIOGRAFIA AO ESTUDO DA ARQUITETURA ACADÊMICA DO RIO DE JANEIRO

A arquitetura acadêmica permanece, sob vários aspectos, uma grande incógnita em nossa história arquitetônica; o demonstra claramente o caso do Rio de Janeiro, que é afinal uma das principais expressões do período acadêmico no país, e nesse sentido dá a medida da historiografia sobre o assunto. No mais das vezes, tal arquitetura é tematizada apenas em estudos panorâmicos, e mesmo quando se lhe deu atenção específica, não se foi muito além de uma avaliação generalizante e superficial. E mais, no Brasil (e também no plano internacional, mas principalmente aqui), até bem pouco tempo pesou sobre o historicismo, e ainda continua a pesar, um juízo estético eminentemente negativo.

Malgrado tal situação completamente desfavorável, o historiador dos acontecimentos recentes não pôde (e não pode) escapar à questão, especialmente quanto ao contexto carioca. E isto justo por um motivo que acabou entrando na ordem do dia do debate arquitetônico: os vínculos entre tradição e modernidade, quer dizer, entre o passado acadêmico e a nova arquitetura.

Pode-se portanto dizer que a tradição acadêmica

é uma espécie de espectro que ronda a historiografia nacional, sem no entanto ter plenamente reconhecida uma razão-de-ser própria. De um lado, sua proximidade com o movimento moderno, tido por princípio e deforma abstrata como um ruptura total com o passado artístico, decretava-lhe um verdadeiro ostracismo histórico. De outro, esta mesma contigüidade, e mais do que isso, a convivência destas duas concepções arquitetônicas aparentemente antagônicas no principal teórico do modernismo brasileiro, Lúcio Costa, impunha irremediavelmente sua presença na história. Bem ou mal (e mais mal do que bem), cada um, a seu modo, os autores em questão põem afinal à vista estes vínculos entre passado e presente, a despeito de quase sempre negá-los enfaticamente.

Eis então o principal saldo dos estudos examinados: identificar, embora de forma latente, os indícios de um forte parentesco tradição-modernidade, que não estaria assim apenas no plano geral e abstrato, mas seria profundo e além do mais de método e raciocínio. Esta contribuição, entretanto, é indireta e varia caso a caso, e é muito mais sensível e reveladora nos primeiros autores, protagonistas de ambos os lados da história, o acadêmico e o moderno (caso de Lúcio Costa e Paulo Santos), que nos posteriores.

No geral, estes acenos a uma questão fundamental

¹ Este texto é a conclusão de minha Dissertação de Mestrado, *A Arquitetura Acadêmica no Rio de Janeiro (1890-1930): uma Revisão Historiográfica*, elaborada no Programa de Pós-Graduação em História da Arte e da Cultura da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Jorge Coli. A Dissertação discute a fortuna historiográfica da arquitetura acadêmica do Rio de Janeiro, examinando a contribuição ao tema dos seguintes autores: Lúcio Cosia, Paulo F. Santos, Yves Bruand, Carlos A. C. Lemos, Mário Barata e Giovanna R. dei Brenna.

² Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Estadual de Londrina - Cx. Postal 6001 - Londrina - Paraná, CEP 86.051-970 - Fone: 371-4535.

da história da arquitetura brasileira deste século perdem-se em meio à desqualificação genérica do ecletismo. Os critérios nacionalistas e modernistas adotados por nossa historiografia, e particularmente por todos os autores que, de um modo ou de outro, analisaram o período acadêmico, conduziram de forma cada vez mais acentuada à redução da arquitetura dos estilos históricos à uma manifestação estrangeira, desvinculada e estranha a uma "autêntica" cultura moderna nacional. Associada exclusivamente ao passado, melhor dizendo, a um passado tido por indesejável, este conjunto arquitetônico heterogêneo e complexo será por isso quase sempre *ecletismo*: será pura e simples decoração estilística sobrecarregada e sem gosto (além de estrangeira), avessa aos requisitos racionalizantes da atualidade. Essa tendência a uma análise superficial e reducionista do período, isto é, a partir predominantemente da roupagem dos estilos históricos, verifica-se de forma cada vez mais acentuada, à medida que nos distanciamos dos autores pioneiros.

Desta forma, o conjunto dos estudos em questão divide-se em dois grandes blocos (internamente diversificados, por certo): o primeiro é formado por Lúcio Costa e Paulo Santos, cuja importância deve-se à dupla condição seja de protagonistas ou de contemporâneos de parte dos acontecimentos, seja de narradores e de intérpretes (ainda que parciais) desses mesmos fatos; e o segundo compreende todos os demais, cuja principal característica em comum é fazer das experiências e relatos dos dois primeiros, simplificando-as, verdades históricas indiscutíveis e base de seus próprios estudos. Nesse sentido Yves Bruand é uma espécie de divisor de águas, por conferir prestígio historiográfico ao programa modernista, e assim quase negando ao ecletismo o direito de figurar na história; Carlos Lemos, um pouco depois, segue-lhe muito de perto na avaliação esquemática do período; e, por fim, Mário Barata e Giovanna de! Brenna, apesar de um interesse maior pelo assunto e de avançar alguns tópicos importantes em seu estudo, não ultrapassam os limites da pura e simples condenação histórica do ecletismo decretada por Bruand e Lemos.

Não por acaso, a origem de tal estreitamento historiográfico está em Lúcio Costa. Principal teórico do modernismo no Brasil, seus textos visam antes de tudo constituir o programa estético da vertente local do movimento. Para tanto ele confere à sua argumentação a autoridade da história: esta fica explicada como um processo evolutivo que culmina na arte e na arquitetura modernas, na qual não há lugar para o historicismo oitocentista (salvo a boa linhagem acadêmica francesa,

base da formação do arquiteto). O teórico investe-se, portanto, do papel do historiador e concebe uma interpretação globalizante de todo o arco histórico de sua disciplina, de suas origens ao presente.

Se o observador de hoje vê nisto uma evidente instrumentalização do passado segundo os propósitos programáticos do autor, os contemporâneos, como também seus seguidores mais recentes, tomavam (e tomam ainda) os escritos de Lúcio Costa na conta de efetivos estudos históricos. Considerando sua atuação no âmbito do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e além disso a própria forma de exposição das idéias, apresentadas como verdades absolutas, verifica-se que no fim das contas ele mesmo pretendia estabelecer a maneira de se escrever a história da nossa arquitetura, se não pretendia já estar escrevendo, à sua moda, essa história.

Pelo menos no que se refere ao nosso tema, Paulo Santos é o primeiro a aplicar o modelo histórico de Lúcio Costa a uma narração fato a fato dos acontecimentos. Paulo Santos porém, de um lado, presenciara ou protagonizara, como aquele, parte dos episódios que relatava, e tal condição permitia-lhe retomar com certa fidelidade muitos desses episódios, e particularmente os vividos por ele mesmo; de outro, ele se empenhara em reunir, ainda que não de forma sistemática, uma série de dados sobre o período. Sobrepondo assim os pressupostos generalizantes do pensamento de Lúcio Costa ao alargamento da base de conhecimento factual, a reconstituição histórica de Paulo Santos já evidenciava o impasse metodológico doravante característico da produção historiográfica sobre o tema (e, de modo geral, de praticamente todos os estudos arquitetônicos realizados no país): a dificuldade, e talvez mesmo a impossibilidade — frente ao modelo interpretativo de fundo —, dos estudiosos darem conta adequadamente da quantidade crescente das novas informações que as escassas pesquisas de uma forma ou de outra revelavam; dificuldade seja do ponto de vista da análise teórica desses dados, seja simplesmente do ponto de vista da sistematização do material histórico.

Paulo Santos, contudo, o evidenciava pondo à disposição do leitor toda uma série de episódios e dados que em muitos casos eram pouco compatíveis ou mesmo desmentiam a explicação geral apresentada. Há portanto duas leituras possíveis de sua obra: há o Paulo Santos seguidor (nem sempre fiel) de Lúcio Costa, quer dizer, o "teórico" interessado quase exclusivamente na genérica e abstrata essência artística da nação, e o Paulo Santos narrador muitas vezes confiável das vicissitudes arquitetônicas de seu tempo, no entanto submetidas a

um enquadramento muito pouco adequado à compreensão de suas razões de época.

Os autores seguintes simplesmente ignoram o impasse metodológico perceptível nos estudos de Paulo Santos, tornando-os na conta de fonte histórica indiscutível, tanto em relação aos dados factuais quanto, principalmente, no que se refere à explicação dada pelo autor aos acontecimentos das três primeiras décadas do século XX (explicação que sob vários aspectos podia ser considerada complementar à de Lúcio Costa). Ou seja, dele em diante, ao invés de refletir sobre as razões desse impasse, a historiografia tão somente lhe dá continuidade, prolongando-o até os dias atuais. Com o agravante que, distante dos episódios relatados, e por isso não dispo de discernimento dos dois pioneiros, os autores mais recentes tendem a deter-se apenas nos aspectos mais gerais e superficiais do período acadêmico. Se em Lúcio Costa e Paulo Santos—ambos pensando o problema sob o ângulo da afirmação do movimento moderno no país — a desqualificação do ecletismo é antes de tudo um instrumento de combate para valorizar a nova arquitetura (e portanto isto não os impede de reconhecer momentos de qualidade no suposto adversário), seus seguidores transformam a censura estilística dos modernos em critério de julgamento do valor estético do período, e desse modo este é destituído de qualquer razão-de-ser histórica (com a única exceção, por seu teor nacionalista, do movimento neocolonial).

O mais significativo passo nesse sentido foi dado por Yves Bruand. Sua formação européia já incluía a predisposição anti-historicista ainda muito em voga quando ele vem ao Brasil para estudar nossa arquitetura moderna. Não é de estranhar assim que Bruand adote quase sem restrições o modelo histórico de Lúcio Costa, principalmente em relação à arte do país (seus reparos dirigem-se apenas às teorias artísticas deste no plano internacional). A esta altura porém não se tratava mais de fazer história, e sim de contar a trajetória de um sucesso artístico considerado ainda inabalável. Ou seja, tratava-se de encontrar os parâmetros adequados para reescrevê-lo. E como em linhas gerais o horizonte teórico do autor francês convergia para o de Lúcio Costa, sua visão histórica da arquitetura brasileira forma-se precisamente a partir do pensamento generalizante deste: o programa de ação—e sobretudo de valorização — do modernismo local ganha estatuto de verdade histórica e passa em definitivo a fazer parte do raciocínio do historiador (e neste caso a condição de historiador estrangeiro torna o fato ainda mais eloquente).

Aplicando de forma bem mais rígida os princípios

teóricos de Lúcio Costa, Yves Bruand dá o último e derradeiro passo para negar todo e qualquer valor histórico próprio ao ecletismo brasileiro, para enfim negar-lhe a condição de objeto de pesquisa: recapitulando-o em função dos acontecimentos posteriores (a viravolta modernista), caracteriza a existência deste estilo como um "fato profundamente negativo", de tal modo que seu único e exclusivo papel na história teria sido demonstrar a absoluta necessidade da revolução arquitetônica moderna e nacional operada logo a seguir (para apagar da memória este passado pouco tolerável). Apoiando-se nos autores brasileiros, o francês reedita em termos locais o processo condenatório da historiografia internacional, e com isso contribui amplamente para sua circulação entre nós. E esta por sua vez será a maneira através da qual, a partir de então, e talvez por causa dele mesmo, serão lidos os textos de Lúcio Costa e Paulo Santos.

Nesse sentido, o mais próximo de Bruand entre os autores seguintes é Carlos Lemos. O ecletismo, tratado muito de passagem num panorama geral da arquitetura brasileira, é também nele apenas um hiato estrangeirizante entre produções artísticas tidas como "autenticamente" nacionais. Nele também o intervalo historicista é desprovido de qualquer valor histórico próprio (com a única exceção, como em Bruand, do movimento neocolonial). As referências de Carlos Lemos aos edifícios ecléticos resumem-se, nesse panorama, a dois ou três exemplos (mais algumas ilustrações), e sequer encontra-se no texto o nome de um único arquiteto do período. Finalmente, como em Bruand, o único papel do estilo na história é justificar a necessidade do surgimento da nova arquitetura, para depois desaparecer sem deixar traço de si.

E como afinal de contas eram os vínculos academia-modernidade a razão pela qual Lúcio Costa e Paulo Santos ainda conferiam uma certa relevância à tradição passada (carioca), Bruand e Lemos, negando de antemão estes vínculos, já não vêem nenhuma especificidade na arquitetura acadêmica do Rio de Janeiro. Esta agora confunde-se com as demais variantes do genérico panorama eclético nacional, e nem mesmo destaca-se sua grande participação numérica ou qualitativa neste cenário (embora Bruand reserve-lhe um espaço relativamente extenso em seu apanhado da arquitetura dos estilos históricos).

Nem Mário Barata, que deu maior atenção ao período, nem tampouco Giovanna dei Brenna, que deteve-se especificamente no ecletismo carioca, alteraram substancialmente esta situação. Em ambos o interesse particular pelo tema traduz-se numa análise

bem mais cuidadosa que as de Bruand e Lemos; e em alguns pontos eles inclusive tocam em questões de certa importância para o estudo da arquitetura acadêmica. Apesar disso, nem um nem outro sai dos limites de uma visão generalizante e superficial do fenômeno, contribuindo assim para divuigá-la; seus estudos ficam no geral igualmente aquém dos relatos dos pioneiros.

2. POR UMA HISTÓRIA DA ARQUITETURA ACADÊMICA NO BRASIL

Dos primeiros aos mais recentes estudos, implícita ou explicitamente, a arquitetura acadêmica do Rio de Janeiro é medida, analisada e criticada a partir dos padrões estéticos instaurados pela arquitetura moderna, e principalmente em função do "caráter local" advogado pelo modernismo carioca. Por um lado, e esta é a melhor contribuição dos melhores momentos da historiografia examinada, tal perspectiva lança algumas luzes sobre a relação academia-modernidade, tema afinal inescapável no estudo desse modernismo. Por outro, e apesar disto, tudo o que não possa servir diretamente à validação da nova arquitetura é relegado a um passado sem interesse, a uma espécie de limbo histórico. No seu conjunto, enfim, como regra, nossos autores não levam em conta os problemas específicos do historicismo.

É preciso portanto retomar a questão sob outro ângulo, evidentemente privilegiando o estudo do peso histórico efetivo desse passado. Os vínculos academia-modernidade revelados nos textos examinados já expõem um certo grau de atualidade da arquitetura das décadas iniciais do século. O problema todo reside então em aprofundar justo o teor de atualidade da tradição acadêmica carioca, mas invertendo a perspectiva: em primeiro lugar e acima de tudo deve-se verificar ponto por ponto suas razões históricas, isto é, o conteúdo de progresso de seu método de concepção arquitetônica, para aí sim avaliar-se em que medida a "modernidade" do passado está presente na arquitetura moderna gerada no Rio de Janeiro. Em outros termos, trata-se de considerar a hipótese que, à luz dos pontos de contato reconhecidos pelos próprios protagonistas (principalmente Lúcio Costa), as idéias de progresso e de modernidade subjacentes às realizações da nova arquitetura (carioca) tem suas bases no pensamento acadêmico (francês), e que, longe de opor-se a este, o modernismo local o realiza plenamente, com recursos formais de outra ordem (porém agora segundo a ótica de uma cultura de fundo nacional).

A investigação desta hipótese pressupõe um

programa de trabalho contrário ao adotado de modo geral em nossa historiografia arquitetônica: ao invés de partir-se e contentar-se com uma síntese no mais das vezes sem fundamento concreto, é necessário começar por estudos particulares, quer dizer, é necessário antes de mais nada conhecer melhor os acontecimentos arquitetônicos que se quer explicar. E, especialmente quanto à arquitetura acadêmica, tudo ainda está por fazer.

No plano da pesquisa teórica, a tarefa urgente é a atualização bibliográfica. Embora a bibliografia internacional tenha sido até há algum tempo predominantemente anti-historicista, desde pelo menos o final da década de 50 alguns estudos, como o de Hitchcock e Hautecoeur, já apresentavam uma visão bem mais arejada sobre o assunto. Estes, porém, não tiveram nenhuma repercussão nos autores locais. E de lá para cá intensificaram-se as publicações a este respeito, trazendo contribuições relativas aos mais diversos aspectos da arquitetura do século passado (mas nem tanto no que se refere à sobrevivência dos estilos históricos no século XX, tópico de grande interesse para países periféricos como o Brasil). O desnível entre a produção historiográfica nacional e internacional, que não é (ou não parece ser) tão sensível quando da publicação, no início da década de 50, dos principais textos de Lúcio Costa, cresceu vertiginosamente desde então; nas décadas de 70 e 80 há um verdadeiro abismo entre os estudos do ecletismo realizados aqui e os de fora (mesmo descontadas as óbvias diferenças quantitativas e qualitativas dos panoramas europeu e brasileiro). Isto vale também para os outros períodos de nossa história arquitetônica, e uma das principais razões disto está visivelmente na onipresença historiográfica do modelo interpretativo de Lúcio Costa.

Uma tal atualização bibliográfica deve evidentemente ser seletiva, e ter como horizonte crítico nossos próprios problemas. Mas é fundamental ter presente, ao se estudar um fenômeno como a arquitetura acadêmica, todos os aspectos teóricos e históricos referentes ao contexto europeu (ao qual longinquamente pertencemos), sem o que não há como sair do estado atual da produção historiográfica.

No plano da pesquisa empírica, a tarefa é ainda descobrir que arquitetura é esta. Lúcio Costa distinguira a tradição *Beaux-Arts*, mas selecionara dentro dela apenas uma certa linhagem, de feição clássica, à qual ele mesmo estava se filiando. Paulo Santos fora mais compreensivo em seu relato, mas agrupara, sem diferenciá-los, arquitetos, engenheiros e mestres-de-obras. Por este caminho seguiram Mário Barata e Giovanna del Brenna, mais recentemente, em suas

pesquisas. As informações reunidas por estes três autores {Bruand e Lemos não trazem dados novos} formam um quadro muito restrito da arquitetura do final do século XIX e início do XX. Com efeito, não temos noção desse conjunto, nem sabemos o peso real da tradição *Beaux-Arts* dentro dele; ignoramos o próprio grau de penetração dessa tradição na Escola de Belas Artes, bem como suas diferenças internas; desconhecemos os vínculos da Escola Politécnica local com a tradição acadêmica francesa; não temos idéia da participação efetiva dos profissionais estrangeiros, mestre-de-obras, etc, na produção arquitetônica da época. Em suma, não sabemos exatamente no que consiste a arquitetura acadêmica do Rio de Janeiro, apesar de conhecermos uma parte significativa dela.

Esta pesquisa conseqüentemente demanda, além da sistematização dos dados já disponíveis, levantamentos amplos e abrangentes, de campo e de

arquivos, para a realização de inventários representativos. Decerto aqui também o trabalho precisa ser seletivo, acompanhando a pesquisa teórica. Mas uma visão geral do período só será possível depois de um alargamento considerável do campo de observação factual, ainda muito restrito aos episódios mais à vista (e dessa forma no decorrer da pesquisa muito provavelmente aparecerão novos problemas teóricos).

Enfim, se está longe de poder reescrever a contento esta história. O caminho para isso passa necessariamente pela verificação concreta das hipóteses de trabalho, através de pesquisas parciais e de estudos de caso. Se de uma parte a releitura da historiografia permite identificar, em nosso passado arquitetônico, algumas questões relevantes ainda por serem resolvidas, de outra, e de forma mais acentuada, torna evidente a necessidade de repensá-lo em bases completamente diversas.

PUPPI, M. For a history of the academic architecture in Brazil. *Semina: Ci. Exatas/Tecnológicas*, v. 16, n. 4, p. 558-562, Dec. 1995.

ABSTRACT: *The author synthesizes the historiographic contribution to the study of the academic architecture of Rio de Janeiro, pointing out the methodologic impasses of this historiography. A discussion on the necessity of the accomplishment of theoretically updated and historically well documented researches is carried out viewing the true knowledge of this architecture still not well known among us.*

KEY-WORDS: *Academic architecture; School of Fine Arts of Rio de Janeiro; Eclectism; Historiography.*

FONTES BIBLIOGRÁFICAS PRINCIPAIS

BARATA, Mário. "Séc. XIX. Transição e início do séc. XX".

In: Walter Zanini (org.), *História Geral da Arte no Brasil*, São Paulo, Instituto Walther M. Salles, 1983, v. I, pp. 377-451.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1981.

COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: Sobre Arquitetura*. Porto Alegre, Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

DEL BRENNA, Giovanna R. "Ecletismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX)". In: Annateresa Fabris (org.), *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*, São Paulo, Nobel-Edusp, 1987, pp. 28-66.

LE MOS, Carlos A. C. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos-Edusp, 1979.

SANTOS, Paulo F. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro, Instituto dos Arquitetos do Brasil, 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DREXLER, Arthur (org). *The Architecture of the Ecole des*

Beaux-Arts. Nova Iorque, The Museum of Modern Art, 1977.

HAUTE COEUR, Louis. *Histoire de l'Architecture Classique en France. La fin de l'Architecture Classique 1848-1900*. Paris, Picard, 1957, t. VII.

HITCHCOCK, H.-Russel. *Architecture: Nineteenth and Twentieth Centuries*. Londres, Penguin, 1989 (1ª edição: 1958).

LOYER, François. *Le Siècle de l'Industrie, 1789-1914*. Paris, Skira, 1983.

MIDDLETON, Robin & WATKIN, David. *Neoclassical and 19th Century Architecture*. Londres, Faber and Faber, 1987, 2v (1ª edição: 1977).

MIDDLETON, Robin (org). *The Beaux-Arts and Nineteenth-Century French Architecture*. Londres, Thames and Hudson, 1984.

MIGNOT, Claude. *L'Architecture au XIX^e siècle*. Paris, Moniteur-Office du Livre, 1983.

PATETTA, Luciano. *L'Architettura dell'Ecletismo. Fonti, Teorie, Modelli. 1750-1900*. Milão, Gabrielle Mazzota, 1975.